

Evolução Estratégia Depois da Segunda Guerra Mundial

Ten. Brig. R-1

NELSON FREIRE LAVENÈRE-WANDERLEY

A noção de estratégia evoluiu muito nos últimos tempos; partindo da noção clássica da estratégia militar, que é a arte de preparar, dispor e aplicar os meios militares a fim de alcançar os objetivos ditados pela política, a estratégia se ampliou e passou a abranger, também, os demais campos do poder nacional: o campo político e diplomático, o campo econômico e o campo psicossocial.

Podemos dizer então que a estratégia é a arte de desenvolver e aplicar o poder nacional, em toda sua amplitude, a fim de alcançar os objetivos traçados pela política.

A estratégia passou a ser uma ação de governo; deixou de ser apenas a arte do general e passou a ser um instrumento na mão de estadistas, diplomatas, homens de governo e militares.

Estudemos um pouco mais detidamente essa nova concepção de estratégia, firmada, principalmente, depois da Segunda Guerra Mundial.

A estratégia ampliou seu campo de ação quando a guerra passou a ser total, como foram os casos da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais; a guerra passou a ser total quando os recursos das nações em luta passaram a ser mobilizados na sua totalidade e quando os ataques ao inimigo passaram a ser feitos de forma total, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, sem definir teatros de operações

nem zonas do interior, sem distinguir combatentes de não combatentes, sem poupar as populações civis e procurando destruir até a infra-estrutura econômica da nação inimiga, mesmo na parte não diretamente relacionada com o esforço de guerra.

Para preparar uma guerra total com tais características, impunha-se uma estratégia também total, uma estratégia que mobilizasse, para o esforço de guerra, toda a indústria e todos os meios de transporte; uma estratégia total que abrangesse, além da aplicação de todos os recursos militares e econômicos, a aplicação adequada do poder político e diplomático do Estado, que abrangesse os vários aspectos da guerra psicológica, uma estratégia que visasse à destruição ou neutralização de todos os recursos da nação inimiga.

Mas qual a estratégia total que é lícito prever para o futuro, no caso das superpotências? A conjuntura mundial, depois da Segunda Guerra Mundial, mudou tanto, principalmente com a rearrumação político-militar do mundo em dois blocos antagônicos e com o desenvolvimento das armas nucleares e dos mísseis intercontinentais, que não é lícito tomar como modelo as duas guerras mundiais do passado.

Seria racional, para as duas superpotências, delinear uma estratégia total visando a uma Terceira Guerra Mundial? Seria racional uma delas provocar uma guerra total com o emprego, inclusive, de suas armas nucleares? Certamente que não.

No seu grande avanço tecnológico, o homem desenadou forças que podem destruir toda a obra da Humanidade, se não soubermos evitar uma Terceira Guerra Mundial.

A estratégia só deve existir a serviço de uma política, e não há como conceber que a política de uma das duas superpotências seja sua destruição mútua e a destruição de muitos outros países, o que corresponderia, inclusive, a entregar o domínio do mundo a terceiros.

A Terceira Guerra Mundial não é uma impossibilidade, mas se ela sobrevier será a despeito da política e da estratégia.

gia atualmente adotada pelas duas superpotências, que é uma estratégia de dissuasão mútua, isto é, uma estratégia cujo objetivo principal é o de evitar a guerra nuclear.

A estratégia visando a uma guerra total ainda pode ser adotada por países menores, em guerras geograficamente limitadas, geralmente com emprego de armas convencionais.

A estratégia, no mundo atual, ampliou também seu campo de ação, porque passou a atuar nos períodos de paz relativa, dadas as características de certas relações internacionais, com o choque constante de influências, numa guerra latente não declarada.

A estratégia a adotar por um país, deve ser integrada e permanente, com atuação tanto nos períodos de crise como nos de paz relativa.

Podemos dizer que a guerra declarada clássica e a paz completa morreram juntas no término da Segunda Guerra Mundial.

Depois daquela data o que se tem visto é uma disputa constante entre duas superpotências, com o mundo dividido em dois blocos ideologicamente antagônicos, tendo ainda numerosos países neutros ou não alinhados.

De lá para cá o mundo nunca mais teve paz completa; além das guerras limitadas e crises graves, como foram os casos da Coréia, da Indochina, de Berlim, do Congo, de Cuba, da Argélia, de Israel, de Suez, da Hungria, da Tcheco-Eslováquia e do Vietnam, a guerra surgiu, de modo permanente, na frente interna de muitos países, sob a forma de guerra revolucionária, cujos principais aspectos tem sido a guerrilha, a subversão e o terrorismo.

A fase histórica atual

A fase histórica que estamos vivendo e a civilização a que pertencemos é, nitidamente, global; sobre a superfície da Terra não há mais condições para o surgimento e o desenvolvimento de civilizações isoladas como foram as que surgi-

ram na Antiguidade em torno do Mar Mediterrâneo e no Oriente; já não se pode falar, tampouco, de civilização europeia, tal como existiu nos séculos XVIII e XIX.

Qualquer país, de qualquer dos cinco continentes, seja ele importante ou não, vive envolvido numa coletividade que abrange, praticamente, toda a Humanidade; acontecimentos políticos, econômicos e sociais que se desenrolam em regiões antípodas em relação a um país podem afetá-lo, a curto ou longo prazo, direta ou indiretamente.

É no meio de uma conjuntura mundial cheia de incertezas e sempre em evolução e é fazendo parte de uma Humanidade com rumos dificilmente discerníveis que cada país tem que manter relações com os demais, os quais, em relação a ele, podem ser classificados de aliados, antagônicos ou neutros mas que, conforme a situação e os interesses em jogo, podem mudar essa classificação, temporária ou definitivamente.

Para países de grandes potencialidades e de importante projeção externa como o Brasil, a complexidade do quadro internacional é um desafio de presença, não de isolamento; o Brasil terá que participar, cada vez mais, da vida internacional; daí a importância, para nós, dos estudos estratégicos.

Ao mesmo tempo que participa da vida internacional, o país tem que buscar o bem-estar de seu povo e tem que preservar sua independência política e sua integridade territorial.

Por causa de tudo isso, a arte de governar tornou-se mais difícil e complexa; daí a importância de definir, com clarividência, perseverança e flexibilidade, os objetivos a atingir, isto é, definir a política nacional nos campos político, econômico, militar e psicossocial, assim como a estratégia da ação abrangendo esses campos.

No mundo atual, o valor do estadista consiste em saber interpretar os sinais da era em que vivemos, em ser capaz de reconhecer como a história do mundo se desenrola e para onde ela tenderá no futuro e, ao mesmo tempo, identificar

o verdadeiro interesse nacional e traçar a política e a estratégia necessárias.

A estratégia, no seu aspecto moderno, com aplicação integrada em todos os campos do poder nacional e com aplicação tanto na área da política externa como na da interna, passou a ser uma técnica indispensável de governo.

No âmbito dos governos, a ação estratégica pode ser intermitente, mas a preocupação estratégica deve ser permanente.

Além dos problemas bilaterais com os países com quem mantém relações, o Brasil participa, cada vez mais, de problemas do âmbito da comunidade das nações, de problemas do mundo internacional contemporâneo.

Poucos países detêm as possibilidades de atuação internacional e diplomática que o Brasil possui; pela sua posição e extensão geográfica, pela sua população numerosa e multiracial; pela formação histórica e cultural, pelo seu estágio avançado de desenvolvimento, pelo seu comércio externo cada vez mais desenvolvido, pela sua marinha mercante, sua aviação comercial e sua rede bancária no exterior e pela sua representação diplomática e representação na maioria das entidades internacionais, o Brasil possui elementos de negociação e pontos de contato e influência em todos os continentes e com a maioria dos povos.

Conflitos entre países

No passado, a Humanidade teve que suportar guerras, mortandades e destruições nas lutas pela formação dos impérios, nos choques entre civilizações vizinhas, nas lutas de fundo religioso e na conquista de novos territórios, de mercados e de matérias-primas.

Atualmente os antagonismos de fundo político e ideológico são os principais fatores de conflito e de divisão do mundo em blocos que se confrontam e se ameaçam.

Na sucessão constante dos períodos de crise e de paz relativa do mundo atual, cada país tem que traçar sua política e sua estratégia para garantir sua segurança e de alcançar seus outros objetivos nacionais.

Nenhum país está livre de envolvimento em crises mais ou menos graves que podem resultar em conflito armado.

A história mostra que a grande maioria dos países participa de lutas armadas independentemente das inclinações pacíficas ou bélicas de seus povos e governos; os fatores preponderantes que levam os países a participarem de guerras, são sua importância e poderio e sua posição geográfica em relação aos polos do poder mundial e em relação às áreas onde as grandes potências em choque se confrontam.

O escritor Quincy Wright, em seu livro *A study of war*, mostra que, entre 1850 e 1945, os países abaixo enumerados participaram de tantas guerras, a saber: Inglaterra — 20; França — 18; Itália (Savoia) — 21; Rússia — 11; China — 10; Espanha — 10; Turquia — 10; Japão — 9; Alemanha (Prússia) — 8; Estados Unidos — 7; Áustria — 6; Pclônia — 5; isso mostra, inclusive, que é muito relativa a classificação de *peace loving nations*, estabelecida na carta das Nações Unidas para a admissão de novos países membros.

Nos primeiros noventa anos após sua independência, o Brasil, em virtude da feliz posição estratégica, viveu relativamente afastado dos grandes conflitos entre as potências mundiais, todas situadas no hemisfério norte; já nos últimos cinqüenta anos o Brasil se viu envolvido em duas guerras mundiais.

Os polos do poder mundial continuam no hemisfério norte, mas as áreas onde se acham os países subdesenvolvidos passaram a ser as áreas nas quais as duas superpotências disputam a respectiva influência; o Brasil, situado na América Latina, é um dos seus países mais importantes, não está imune aos efeitos da confrontação entre as duas superpotências.

Na época em que vivemos, os períodos de paz são apenas aparentes e a guerra clandestina, desfigurada em guerra revolucionária, está sempre presente, constituindo uma ameaça constante na frente interna dos países.

O Brasil, com sua importância crescente, ver-se-á envolvido em crises mundiais ou em crises que afetem, primordialmente, sua área estratégica; o Brasil terá que enfrentar importantes opções políticas, econômicas e mesmo militares e terá que cuidar, com responsabilidade aumentada, de sua segurança estratégica.

A estratégia de modo indireto

As forças nucleares estratégicas das duas superpotências, por mais poderosas que sejam não constituem, por si só, um *deterrente* ou um dissuador para todas as formas de agressão; essas forças nucleares não se têm revelado adequadas para a intervenção em guerras limitadas, nas áreas periféricas das superpotências.

Em face dessa limitação de emprego da parte mais ponderável de seu poderio militar, as superpotências, principalmente a União Soviética, têm empregado um outro tipo de estratégia para atingir seus objetivos políticos.

As duas superpotências continuam numa luta e numa confrontação permanentes, obrigadas a executar estratégias onde as ações predominam nos outros campos do poder nacional, sem ser o campo militar.

Impossibilitadas de atacar diretamente o adversário principal, cada superpotência procura ampliar sua influência e seu domínio sobre as demais áreas estratégicas do globo, ao mesmo tempo que procura anular ou neutralizar a ação do inimigo nas referidas áreas; cada superpotência procura canalizar a história e a evolução política dos países situados em áreas estratégicas do seu interesse nos rumos condizentes com suas ideologias e com seus sistemas políticos e sociais.

Cada superpotência adota, em relação à outra, uma estratégia chamada *de modo indireto*, por meio da qual ela procura alcançar os mesmos objetivos políticos, sem a aplicação direta de seu poder militar, dado o risco de uma escalada para uma guerra nuclear.

A luta entre as duas superpotências continua, mas completamente desfigurada pela aplicação da estratégia *de modo indireto*, que tem levado a guerra para o campo político e psicológico, procurando conquistar países pela exportação de ideologia e pela subversão.

Nos poucos casos em que um conflito armado surge, a guerra passa a ser feita "por procuração" com os adeptos do credo ideológico servindo de instrumento da estratégia da superpotência que deseja impor seu sistema político na área em questão.

Por meio da estratégia *de modo indireto*, a União Soviética tem estendido sua influência sobre vastas áreas do globo, e com um dispêndio mínimo de recursos; nessa expansão a União Soviética tem empregado, com sucesso, duas táticas: a das *aproximações sucessivas*, com conquistas parceladas que não chegam a provocar uma reação violenta do lado adverso, mas cuja soma é suficiente para alcançar o objetivo desejado e a tática dos *fatos consumados*, com a ação rápida e decisiva de meios poderosos que, por surpresa, alcançam o objetivo desejado, sem dar tempo a uma reação afetiva ou à mobilização da opinião pública mundial.

A própria Organização das Nações Unidas já manifestou sua repulsa à estratégia *de modo indireto*, quando, em 1965, aprovou a Resolução 2131 da sua Assembléia Geral a qual, em seu preâmbulo diz que "a intervenção direta, a subversão, bem como qualquer forma de intervenção indireta, são violações à Carta das Nações Unidas" e que, no seu parágrafo 2º, diz que:

"Todos os Estados deverão abster-se de organizar, apoiar, fomentar, financiar, instigar ou tolerar atividades arma-

das, subversivas ou terroristas destinadas a mudar pela violência o regime de outro Estado".

ESTRATÉGIA NUCLEAR:

a confrontação nuclear das superpotências

Guerra estratégica nuclear é o conjunto de operações visando ao emprego de armas nucleares contra as fontes do poder do inimigo e contra suas forças estratégicas de ataque.

O aparecimento das armas nucleares deu às grandes potências militarmente nucleares um poder quase ilimitado de destruição; ao mesmo tempo, estabeleceu-se um estranho paradoxo: esse enorme poderio militar representado pelas armas nucleares, nunca foi tão pouco aplicável.

Apesar das superpotências possuírem, num grau nunca anteriormente existente, uma capacidade de devastar o adversário, as ameaças de desencadeamento deliberado desse poderio têm um grau de credibilidade cada vez mais reduzido.

Isso porque a capacidade de destruir não está relacionada com a capacidade de desarmar; as armas nucleares das superpotências possuem um grande poder de destruição, ao mesmo tempo que um alto grau de invulnerabilidade contra ataques ou interdição; de tal maneira que o uso indiscriminado do arsenal nuclear de uma das superpotências contra a outra acarreta, inevitavelmente, a autodestruição do atacante.

O desencadeamento deliberado de uma guerra nuclear pode tomar a forma de uma guerra premeditada ou a de um ataque de *esvaziamento prévio*; em ambos os casos será procurado o máximo de surpresa no ataque inicial.

Além disso, pode haver o caso da guerra nuclear ser desencadeada accidentalmente, sem que haja uma intenção deliberada dos países nela envolvidos.

A guerra premeditada pode verificar-se se um dos adversários adotar a filosofia da inevitabilidade da guerra, como instrumento da política, num mundo em que só houvesse lugar para uma ideologia; esse adversário poderia tomar a iniciativa se estivesse convencido de que a guerra nuclear, mais cedo ou mais tarde, viria; seria, na opinião do atacante, uma guerra preventiva contra uma ameaça que teria que se materializar, num futuro mais ou menos próximo.

A guerra de *esvaziamento prévio* se daria no caso em que um dos lados, estando convencido da iminência de um ataque nuclear de surpresa a ser desfechado pelo adversário, resolvesse antecipá-lo, como medida de sobrevivência.

Tanto no caso da guerra nuclear premeditada como no caso da guerra de *esvaziamento prévio*, o atacante estaria tentando usufruir as reconhecidas vantagens militares decorrentes da iniciativa e da surpresa.

Cabe lembrar que, num passado relativamente recente, tanto os Estados Unidos como a União Soviética, em 1974, durante a Segunda Guerra Mundial, foram vítimas de ataques estratégicos de surpresa, ao serem envolvidos pela guerra.

O risco de uma guerra nuclear de *esvaziamento prévio* é maior do que o de uma guerra nuclear premeditada, dada a natureza de certas crises internacionais agudas, nas quais os acontecimentos podem fugir ao controle dos estadistas.

A guerra de *esvaziamento prévio* não é desencadeada com a ideia de obtenção de uma vantagem militar; a decisão de iniciá-la se baseia na crença de que a destruição prévia de grande parte das forças nucleares estratégicas de um inimigo prestes a atacar garante, para o lado que toma a dianteira no desencadeamento da guerra, um grau de destruição menor do que o que seria sofrido no caso de uma espera passiva do ataque inimigo.

Para o desencadeamento de uma guerra nuclear premeditada, seria necessário que os órgãos responsáveis pelo planejamento e condução das operações tivessem uma grande certeza da possibilidade física de executar, com sucesso e de

surpresa, um ataque que privasse o adversário da quase totalidade de suas armas nucleares estratégicas, ficando ainda o atacante com ampla reserva de armas nucleares, para o prosseguimento da guerra ou para impor a cessação das hostilidades.

Ainda assim haveria uma série de etapas a considerar, entre a certeza dos órgãos militares sobre o sucesso do ataque nuclear inicial e a decisão de um Chefe de Estado de iniciar a guerra.

Em face dos enormes riscos envolvidos em uma guerra nuclear, é de esperar que seja difícil convencer os líderes políticos de uma superpotência de iniciar uma guerra nuclear premeditada; mesmo porque as informações sobre as armas nucleares estratégicas inimigas, que teriam que ser destruídas logo no inicio da guerra, nunca serão suficientemente completas e seguras; além disso, é necessário considerar que as armas nucleares e seus veículos atualmente existentes nos arsenais das superpotências, nunca foram operacionalmente experimentadas nas condições pouco conhecidas de uma guerra nuclear; o grau de precisão dos mísseis e sua capacidade de vencer os recursos da defesa inimiga poderão ser, na realidade, muito menores do que os esperados.

No passado, o problema do estrategista era reunir e aplicar, no momento e nas circunstâncias decisivas, uma força superior à do inimigo; isso era, geralmente, obtida a vitória militar ou o objetivo político desejado; era imposta ao inimigo a vontade do mais forte ou do que tivesse sabido, estrategicamente, aplicar a força militar de modo mais adequado.

Quando se trata de duas grandes potências nucleares, a posse de uma superioridade no número de armas nucleares não proporciona ao país a segurança militar que, no passado, proporcionava uma superioridade relativa em forças convencionais terrestres, navais e aéreas.

Nesse caso, a finalidade primordial do potencial nuclear tem que ser a de evitar a guerra; conforme as condições, nem sempre "a guerra é a continuação da política por outros

meios"; a escalada nuclear indiscriminada conduz à aniquilação total dos dois adversários e não atende a nenhum objetivo militar ou político; não haverá vitória nem vencedores.

Uma superpotência que mantenha suas armas nucleares estratégicas em situação muito vulnerável, sabe que essas armas só servirão se ela tomar a iniciativa do ataque, com isso se configura, para a referida superpotência, uma situação estratégica mais perigosa, porque pode ser interpretada, pelo adversário, como sendo uma atitude que envolve a intenção de ser a primeira a desferir um ataque nuclear.

Os riscos de desencadeamento de uma guerra nuclear são diminuídos quando ambos os adversários aumentam o grau de invulnerabilidade de suas armas nucleares estratégicas; nesse caso, nenhum dos lados pode ter a certeza de desarmar suficientemente o adversário, tomado a iniciativa de um ataque de surpresa.

Em estratégia nuclear chama-se *deterrência* a ação de dissuasão que um país procura exercer sobre outro com o objetivo de evitar a guerra nuclear, baseada na ameaça de destruição em massa que seria causada no atacante, mesmo que este desfira um ataque inicial de surpresa.

Atualmente pode-se dizer que o objetivo principal do arsenal nuclear das superpotências é a *deterrência* de uma guerra nuclear.

Mas a *deterrência* é tanto um problema militar como psicológico; ela depende da avaliação que o agressor faz do risco envolvido e não apenas do exame de situação feito pelo lado que procura exercer a ação de *deterrência*; ela depende das atitudes e intenções do agressor em potencial.

A *deterrência* é uma questão de *forças em ser* do lado de quem faz a *deterrência* e de atitude mental do lado do inimigo.

A estratégia não pode ser baseada exclusivamente na idéia da *deterrência*; tem que ser baseada, também, na idéia da sobrevivência, caso a *deterrência* falhe.

A idéia de que, pelo fato de existir entre as duas superpotências um equilíbrio de *deterrência* mútua, a possibilidade de uma guerra nuclear está afastada, não resiste a uma análise mais profunda.

A *deterrência* mútua entre as duas superpotências, chamada às vezes de *equilíbrio do terror* não é algo de automático e estático, causado pela simples existência de grandes estoques de armas nucleares em ambos os lados; as duas superpotências continuam num intenso esforço para salvaguardar sua capacidade de retaliação, para manter sua capacidade de *destruição garantida*, mesmo depois de ter sofrido um ataque nuclear de surpresa.

As medidas militares de um lado, tanto do ponto de vista quantitativo como qualificativo dos armamentos nucleares, obriga o outro lado a uma revisão constante de programas militares.

Se um ou ambas os lados estiverem em condições de destruir, por um ataque de surpresa, as armas nucleares de retaliação do adversário, o sistema de *deterrência* pode se tornar inoperante.

Atualmente, nem os Estados Unidos nem a União Soviética podem atacar um ou outro, mesmo obtendo uma surpresa inicial completa, sem sofrer, por sua vez, uma destruição em retaliação.

Isso porque, cada lado conseguiu e procurará manter no futuro um alto grau de invulnerabilidade de suas forças nucleares estratégicas, o que lhe garante uma capacidade de desferir um segundo golpe contra o agressor.

Ambos os lados procuram manter inalterada sua capacidade de *destruição garantida*, isto é, a capacidade de infligir ao agressor, em todas as circunstâncias previsíveis, um grau de destruição intolerável, mesmo depois de sofrer um ataque nuclear de surpresa.

Para se proteger contra as armas nucleares e diminuir a capacidade de *destruição garantida* do inimigo, cada lado pode tomar as seguintes medidas:

- aumentar sua capacidade de destruição das armas nucleares inimigas, antes delas serem disparadas;
- aumentar sua capacidade de interceptação dos mísseis nucleares, depois deles terem sido lançados;
- montar um sistema de defesa passiva, incluindo os abrigos contra os efeitos das explosões nucleares.

Cada vez que uma das superpotências aumenta sua capacidade de destruir os mísseis nucleares inimigos, antes ou depois de eles terem sido lançados, ou aumenta sua capacidade de proteger as populações e instalações contra os efeitos das explosões nucleares, ela afeta o equilíbrio da confrontação nuclear e provoca, no campo adversário, medidas correspondentes, cada uma das superpotências procurando sempre salvaguardar seu poder de *destruição garantida*, que é a base da dissuasão nuclear.

Daí toda a discussão em torno dos mísseis de ogivas múltiplas, em torno do número de mísseis intercontinentais e de submarinos nucleares, em torno dos sistemas de abrigos contra explosivos nucleares e precipitação radioativa.

A paz no campo da guerra nuclear talvez não seja uma utopia como sempre o foi no campo das guerras convencionais e limitadas; a última bomba atômica foi lançada há mais de trinta anos.

Quanto mais as armas nucleares modernas ultrapassam as escalas aceitáveis de destruição e entram numa escala apocalíptica de destruição incontrolada, em massa, menos aplicáveis elas se tornam.

O poder inaceitável de destruição de certas armas modernas conduz as potências militarmente nucleares a uma confrontação de vontades e de intenções, onde o fator mais

importante é a dissuasão, a *deterrencia*; a ameaça substitui a ação; pela primeira vez as grandes potências preparam uma guerra que elas não pretendem travar.

Depois dos avisos de Hiroshima e Nagasaqui, a Humanidade, alarmada, aspira poder recorrer somente às armas do passado e poder estocar as armas do futuro.

A impossibilidade de conflito direto entre as duas superpotências, a impossibilidade de aplicação mútua dos respetivos poderes militares, alarga o cenário de confrontações entre elas, amplia e generaliza as áreas onde, sem grande risco para elas, campeiam as violências e os entrechoques políticos e ideológicos.

Os Estados Unidos e a União Soviética, basicamente inimigos à incompatibilidade das suas ideologias e devido à sua competição no campo do poder mundial, têm, contudo, um supremo interesse comum: o de não se destruirem mutuamente numa ofensiva nuclear generalizada.

O perigo geral, para as grandes potências militarmente nucleares e para a Humanidade, de uma guerra nuclear é tal que nenhum estadista pode, deliberadamente, definir o interesse do seu país sem levar em consideração o interesse maior de evitar a guerra nuclear.

ESTRATÉGIA MILITAR

Quando o país usufrui um período de paz, sem ameaça de guerra próxima, a estratégia nacional pode objetivar o desenvolvimento do poder nacional tendo em vista, principalmente, o progresso econômico e o bem-estar social.

Quando, porém, o país tem que fazer face a um conflito de interesse com outros países, que envolva uma hipótese de guerra provável, o governo tem que estabelecer outras prioridades, dentro da estratégia nacional, a fim de promover o fortalecimento e orientar a aplicação do poder nacional para a situação de guerra.

Naturalmente, como nem sempre é possível prever com antecedência todos os acontecimentos que possam envolver o país numa guerra e como não se improvisa uma força armada eficiente, os países têm que manter forças armadas permanentes, cujo tamanho e poder dependerão das características do país, da área estratégica em que este se situe e dos compromissos militares por ele assumidos.

Em face de uma guerra, a estratégia nacional deve definir as linhas mestras do esforço de guerra da nação; além de cuidar do fortalecimento e da aplicação de todos os componentes do poder nacional, nos campos político, militar, econômico e psicossocial, a estratégia nacional deve definir os objetivos da guerra e do pós-guerra, isto é, deve definir, também, a natureza da paz que melhor atenda aos interesses nacionais.

A estratégia da guerra tem que ser complementada pela visão esclarecida da paz que terá que segui-la.

Para conduzir adequadamente o país ou uma aliança de países, durante uma guerra, o líder tem que ser mais do que um estrategista; ele tem que ser, também, um verdadeiro estadista.

Quanto maior for a exaustão do país, causada pela guerra, maiores serão as probabilidades de que a paz seja insegura, mesmo que tenha sido obtida a vitória militar.

A História mostra vários exemplos nos quais o declínio de Estados resultou, não tanto de ataques de países inimigos, mas do enfraquecimento da frente interna somado à exaustão, ambos causados pelas guerras.

A guerra só poderia ser encarada como um instrumento da política nacional quando fosse possível obter uma situação melhor para o país, na paz que se segue à guerra; as condições da guerra moderna tornam cada vez mais problemática essa condição.

Mas um país nem sempre faz a guerra porque a deseja ou porque a admite como um instrumento lícito da política nacional.

No panorama internacional não existe, ainda, uma entidade supernacional, disposta de uma poderosa força internacional de paz, que constitua uma garantia de que a soberania e os direitos dos países serão respeitados.

Durante muito tempo, ainda, os países terão que ter forças armadas nacionais e terão que pensar na sua estratégia militar, mesmo que seja apenas para se defenderem contra as nações agressoras.

Dentro do quadro mais amplo da estratégia nacional para uma determinada hipótese de guerra, a estratégia militar fortalece e aplica o poder militar da nação, a fim de alcançar os objetivos de guerra traçados pela estratégia nacional.

Em outras palavras, podemos dizer que a estratégia militar é a arte de preparar, dispor e aplicar os meios militares a fim de alcançar os objetivos ditados pela política.

A estratégia militar, como a diplomacia e a ação dos estadistas é, em grande parte, uma arte subjetiva; além de aplicar meios militares, a estratégia militar tem que considerar o moral e a atitude mental dos dirigentes inimigos, dos militares empenhados nas operações e das massas das populações civis das quais depende o esforço de guerra.

No passado recente, o poder militar das potências era resultante, principalmente, do seu poder industrial.

Atualmente, a ciência e a tecnologia substituíram a indústria como fator determinante primordial do poder militar das grandes potências; o simples fato de um país ser altamente industrializado não serve de base para lhe garantir uma posição superior de potência militar.

Descobertas na ciência, inventos e mudanças na tecnologia sempre existiram no passado; o que é genuinamente novo é o ritmo constantemente acelerado com que a ciência e a tecnologia atualmente evoluem e influem sobre os armamentos.

É a tendência à inovação contínua que constitui a característica marcante da moderna corrida de armamentos.

Aliás, a tendência à inovação tecnológica constitui uma das características da sociedade moderna, nos países altamente industrializados e é irreversível.

A inovação científica e tecnológica torna-se cada vez mais institucionalizada, dispondo de legiões de cérebros altamente treinados, de centros de pesquisas e experimentação e de vastos recursos financeiros.

A inovação tecnológica tornou-se uma nova dimensão na estratégia militar, obrigando a revisões constantes nos planejamentos militares das grandes potências.

Todos os avanços tecnológicos no campo dos armamentos encontram, a longo prazo, a devida resposta; mas, até que surja a defesa adequada, a vantagem é sensível para o lado que primeiro domina a nova tecnologia.

A idéia da segurança coletiva, com a formação de alianças, continua sendo o fundamento da estratégia de defesa nas principais áreas estratégicas do globo.

A política e a estratégia militar não podem estar separadas; é um erro grosseiro, se bem que não pouco comum, supor-se que é possível ter as relações militares dos países de uma aliança se processando num comportamento, enquanto as relações políticas se desenvolvem noutro, prevalecendo tendências diferentes em cada um dos compartimentos.

A verdadeira segurança coletiva será controlada não só no somatório do poderio militar dos países que formam uma aliança mas, principalmente, na integração de objetivos políticos comuns, na aceitação de um destino comum em determinados setores políticos, econômicos e ideológicos.

O conceito de aproximação indireta na estratégia militar

O método que mais tarde ficou conhecido pelo nome de *aproximação indireta* foi aplicado muitas vezes, no passado e nas guerras recentes, pelos generais vitoriosos.

O conceito de *aproximação indireta* foi focalizado com mais clareza, recentemente, pelo escritor militar inglês Liddell Hart que, além de autor de muitas obras sobre a estratégia militar, foi editor militar da *Encyclopédia Britânica*.

Após um estudo exaustivo de todas as campanhas militares, do passado e da era moderna, Liddell Hart, num trabalho de síntese, conseguiu definir o conceito de *aproximação indireta*, que norteou a maioria das vitórias no campo de batalha.

Esse conceito pode ser expresso da seguinte maneira: antes de engajar as forças do inimigo, numa batalha, é necessário desequilibrá-lo psicológica e fisicamente; consegue-se desequilibrá-lo, com mais facilidade, adotando uma *aproximação indireta*.

Na maioria das campanhas militares, o desequilíbrio psicológico e físico do inimigo constitui o prelúdio indispensável à ação decisiva que lhe impõe a derrota.

Os ataques frontais, com grande dispêndio de meios, nos pontos onde o inimigo é mais forte, constituem, geralmente, a própria negação da arte da estratégia militar.

Os ataques nos pontos onde o inimigo espera ser atacado ou em condições nas quais ele pode reforçar, com rapidez, o ponto atacado, não o desequilibram suficientemente e não constituem, portanto, uma *aproximação indireta*, a qual evita os pontos fortes do inimigo.

O verdadeiro objetivo da *aproximação indireta*, na estratégia militar, consiste em, por meio da manobra e antes da batalha, diminuir a capacidade física do inimigo de aplicar todos os seus meios e abalar, ao mesmo tempo, o seu moral e o seu ânimo para a luta.

A melhor estratégia, numa campanha militar, consiste em evitar o início da batalha até que se tenha conseguido o desequilíbrio do inimigo, de modo a tornar praticável a aplicação do golpe decisivo.

A aproximação indireta procura obter uma posição vantajosa antes da batalha, explorando o mais possível os elementos da mobilidade e da surpresa.

A mobilidade é um fator relacionado com o meio físico.

A surpresa é um fator psicológico mais difícil de ser calculado, envolvendo fatores que afetam a atitude mental e a vontade do inimigo.

Na *aproximação indireta*, sempre que viável, procura-se adotar a linha de ação que, para o inimigo, parece a menos provável e procura-se explorar os pontos de menor resistência do inimigo.

O aparecimento das forças blindadas e motorizadas, dotadas de grande mobilidade e de alta potência de fogo, aumentou as possibilidades de aplicação da *aproximação indireta*.

O emprego adequado dessas forças abre a possibilidade de causar o colapso das forças inimigas sem travar uma batalha central, apenas cortando as linhas de comunicações, desorganizando os meios de comando ou produzindo a paralisação do inimigo pelo choque psicológico causado pela penetração profunda na sua retaguarda, barrando-lhe a retirada.

É a manobra clássica da *aproximação indireta*.

A *aproximação indireta* deve ser feita, também, de modo a permitir a escolha de objetivos intermediários alternativos; o ataque, ao chegar a um determinado ponto, deve prosseguir em uma ou em outra direção; essa flexibilidade, ao mesmo tempo que mantém o inimigo desequilibrado, preso ao dilema de como se desenrolarão os lances seguintes, permite fazer face às incertezas da batalha ou aproveitar as oportunidades que se apresentam.

O verdadeiro objetivo da estratégia militar não é a batalha em si, mas a procura de uma situação tão vantajosa que, se ela por si só não conduzir à decisão da luta, a sua continuação por meio da batalha garantirá a vitória.

O método de *aproximação indireta* pode ser extrapolado e aplicado em situações estratégicas mais amplas, envolvendo todos os componentes do poder nacional dos países em luta.

A execução da guerra é um ato físico; a direção da guerra é um ato mental; tanto antes como durante o desenrolar das operações militares, as ações que influem na atitude mental dos chefes inimigos constituem, muitas vezes, a base da melhor estratégia.

O MUNDO ATUAL

A guerra no mundo atual

A guerra é um ato político que surge de uma situação política; a guerra por si só não é um fim; a vitória militar não é o principal objetivo da guerra; a guerra deve ser condicionada pelos objetivos políticos.

A verdadeira vitória tem que ser política e só pode ser obtida através de um discernimento adequado dos verdadeiros objetivos a atingir.

A política não condiciona apenas a concepção estratégica de conjunto; em alguns casos ela condiciona, também, a conduta das operações militares, os riscos que o Chefe militar pode aceitar e as iniciativas que ele pode tomar.

Tudo indica que, no futuro, mais do que no passado, a conduta da guerra será condicionada pela política; em muitos casos, não será permitida aos chefes militares a liberdade de ganhar a guerra a qualquer preço, nem uma escolha livre no campo da estratégia militar.

A noção de ganhar a guerra e a noção de qual o tipo de vitória possível ou desejada, serão condicionadas por fatores políticos, econômicos e sociais.

A guerra moderna nunca é um fenômeno exclusivamente militar; é sempre um fenômeno de caráter integrado, no qual se combinam e interferem mutuamente a política externa, a

política interna, a economia, as condições psicossociais e as operações militares.

A guerra deve ser o último recurso de que se lança mão para resolver um problema político; se, ao término da guerra, não se chegar a uma situação política e estratégica mais favorável, a guerra terá sido lutada em vão.

A Primeira Guerra Mundial, em 1914-1918, ficará sempre como um exemplo de uma guerra em que os seus dirigentes estavam enganados sobre a natureza da guerra que iam travar e sobre as consequências que ela ia desencadear; os responsáveis pela declaração da guerra não tinham idéia dos sacrifícios e do grau de mobilização necessários, nem das destruições que iam ser causadas; muito menos tinham noção das consequências políticas e sociais do pós-guerra.

As Primeira e Segunda Guerras Mundiais mudaram a face do mundo e alteraram profundamente a distribuição do poder mundial; terminadas as duas Guerras Mundiais, que convulsionaram a primeira metade do Século XX, as quatro principais potências européias — a Inglaterra, a França, a Alemanha e a Itália — passaram para um plano francamente secundário e surgiram as duas superpotências, os Estados Unidos da América e a União Soviética — como as principais detentoras do poder mundial.

Quando se lança mão do recurso extremo da guerra, uma vez desencadeada a ação militar, ela deve ser rápida e decisiva de modo a serem atingidos os objetivos militares o mais velocemente possível.

Quanto mais prolongada for a guerra, mais difícil será determinar que tipo de paz será possível e qual o preço que o país terá que pagar pelos objetivos políticos que se buscam.

Nas fases de ação militar intensiva, deve-se reduzir ao mínimo as limitações na aplicação do poder militar, sob pena de criar condições em que não é possível uma decisão militar.

Nunca existiu um mundo sem mudanças e transformações e estas significam instabilidade; as políticas de segu-

rança tentam, continuamente, estabilizar situações dentro de um mundo em evolução; por isso essas políticas de segurança devem ser flexíveis e adaptáveis, na sua aplicação, a situações variáveis.

Quando consideramos a guerra no mundo atual, não devemos esquecer que ela pode apresentar vários aspectos, a saber:

- a paz relativa, onde as ações de caráter ideológico e de guerra revolucionária podem se passar na frente interna de certos países; essas ações poderão ou não ser apoiadas por outros países antagônicos;
- a guerra fria entre as superpotências com intervenção dissimulada ou ostensiva nos países das áreas estratégicas que lhes interessam;
- as guerras limitadas, com ou sem apoio das grandes potências mundiais;
- a guerra nuclear, a ser evitada ao máximo.

Mas os estadistas devem compreender que a guerra, no mundo atual, pode se estender ao período que, por hábito, ainda chamamos de tempo de paz.

A história militar do Brasil nos mostra que a última guerra em que o Brasil teve que lutar, dentro do seu território, contra tropas estrangeiras inimigas, já está recuada na história mais de cem anos; nos últimos cem anos nenhuma força brasileira se empenhou, em batalha, com forças dos nossos numerosos países vizinhos, o que é um fato notável, digno de maior apreciação.

E, no entanto, nos últimos cinqüenta anos, forças armadas brasileiras participaram, fora do nosso território, de duas grandes guerras: as Primeira e Segunda Guerras Mundiais, principalmente nesta última; soldados, aviadores e marinheiros foram enviados para lutar em terras distantes de mais de 10.000 quilômetros das terras brasileiras.

Há vinte e cinco anos atrás o Brasil, como país membro da Organização das Nações Unidas, foi solicitado a participar de uma guerra travada na Coréia, na região antípoda do globo terrestre em relação a nós, região distante 20.000 quilômetros das terras brasileiras; o Brasil acertadamente, recusou essa participação num conflito tão distante.

A grande realidade da história militar do Brasil é que, nos últimos cem anos, o Brasil só se tem empenhado em guerras externas ao continente americano; isso corresponde a um futuro incerto, cheio de perigos, dos pontos de vista político e militar; o que será que o destino nos reserva como próximo capítulo da história militar do Brasil?

Avaliação do poder mundial

Os estrategistas, ao avaliar o poder dos vários países, depois de fazerem o levantamento dos seus recursos físicos, econômicos e militares, procuram introduzir outros fatores que podem condicionar o maior ou menor rendimento da aplicação do Poder Nacional.

Na avaliação de uma situação estratégica, é necessário fazer a distinção entre forças militares, econômicas e políticas e o respectivo poder militar, econômico e político que elas podem representar; as referidas forças podem ser avaliadas com relativa precisão, mas é bem mais difícil avaliar seu respectivo poder, isto é, a capacidade de aplicação dessas forças em determinadas situações e circunstâncias e visando a determinados objetivos.

O sistema de avaliação do poder mundial recebeu uma contribuição muito valiosa depois da publicação, em 1975, da obra "World Power Assessment", de autoria do Professor Ray S. Cline, que foi assessor dos Presidentes da República dos Estados Unidos, desde a época de Franklin Roosevelt, e que é atualmente Director de Estudos do *Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais* da Georgetown University, em Washington, D.C.

O Professor Cline propõe a seguinte fórmula para avaliação do poder dos vários países:

$$\text{Poder avaliável} = (\text{Massa} + \text{Poder econômico} + \text{Poder militar}) \times (\text{Estratégia Nacional} + \text{Determinação Nacional})$$

$$P_s = (M + P_e + P_m) \times (E_n + D_n)$$

O valor que, arbitrariamente, é chamado de Massa é resultante de dois fatores: população e extensão territorial.

Para o fator população são estabelecidos coeficientes de 5 a 1 correspondentes, respectivamente, a países cuja população ultrapassa 100 milhões de habitantes (7 países), entre 100 e 50 milhões (8 países), entre 50 e 20 milhões (19 países), entre 20 e 15 milhões (8 países) e entre 15 e 12 milhões de habitantes (8 países) num total de 30 países; os países cuja população é inferior a 12 milhões de habitantes não são, inicialmente, considerados.

Para o fator território são estabelecidos, também, coeficientes 5 a 1 correspondentes, respectivamente: a países cujo território é superior a 3,5 milhões de milhas quadradas (9.065.000 Km²) (4 países), entre 3,5 e 1 milhão de milhas quadradas (2.590.000 Km²) (4 países), entre 1 milhão e 500.000 milhas quadradas (1.295.000 Km²) (9 países), entre 500.000 e 250.000 milhas quadradas (647.500 Km²) (20 países), e entre 250.000 e 94.000 milhas quadradas (245.460 Km²) (32 países).

Ao ser feita uma primeira avaliação dos países pela Massa (População + Território), são tomados os 50 países que já tinham sido qualificados pela população que possuem e são acrescentados mais três países, os quais, apesar de não possuirem uma população acima de 12 milhões de habitantes, possuem um território muito extenso; esses países são a Líbia, a Arábia Saudita e a Mongólia. Em relação ao fator Massa da fórmula ficamos assim, com 53 países.

Para avaliar o Poder Econômico dos países, é considerado, inicialmente, o Produto Nacional Bruto de cada um deles; para os que têm o Produto Nacional Bruto superior a

300 bilhões de dólares (4 países), são dados coeficientes especiais de 10 a 5; para os que têm o produto Nacional Bruto entre 300 e 100 bilhões de dólares (5 países), é dado o coeficiente 4, para os que têm entre 100 e 40 bilhões de dólares (11 países) é dado o coeficiente 3, para os que têm entre 40 e 20 bilhões de dólares (9 países), é dado o coeficiente 2 e para os que têm o produto Nacional Bruto entre 20 e 7 bilhões de dólares (21 países) é dado o coeficiente 1.

Além do Produto Nacional Bruto, o Poder Econômico é avaliado levando em consideração mais cinco fatores, que são: produção de energia, comparando a energia que o país produz com a energia que ele consome; minerais estratégicos; produção de aço; produção de alimentos e comércio exterior.

O país que é deficiente em um ou mais desses cinco fatores, tem a sua produção industrial, o seu comércio e a sua balança de pagamentos desfavoravelmente afetados; o país que, nos fatores acima enumerados, depende em grande escala de importação, tem o seu Poder Econômico estrategicamente prejudicado.

Para cada um dos cinco fatores acima enumerados: energia, minerais estratégicos, aço, alimentos e comércio exterior, se o país possui um excesso de produção, em relação ao consumo, é acrescentado um coeficiente especial, na avaliação do Poder Econômico.

Ao considerar o Poder Econômico, o sistema de avaliação do Professor Cline acrescenta mais 17 países, à relação de 53 países que tinham sido inicialmente selecionados na avaliação do fator Massa (População + Território).

Na avaliação do fator que se segue na fórmula, o Poder Militar, o Professor Cline faz um estudo em separado dos países militarmente nucleares: Estados Unidos, União Soviética, Inglaterra, França e China; estuda, em seguida, a avaliação do Poder Militar dos Países considerando suas Forças Armadas convencionais; para avaliar o Poder Militar de forças convencionais, o professor Cline considera quatro fatores: volume dos orçamentos militares, efetivo das Forças Arma-

das, dispositivo global dessas forças e potencial de controle dos mares.

Para o primeiro parênteses da fórmula, (Massa + Poder Econômico + Poder Militar), o professor Cline avalia o Poder de 78 países; os 20 países de maior peso, na referida avaliação, são os seguintes:

QUADRO I
AVALIAÇÃO DO PODER MUNDIAL (M + P + P_m)
(Massa + Poder Econômico + Poder Militar)

PAÍS	Massa (População + Território)	Poder Econômico	Poder Militar	Total de Pontos
1 — Estados Unidos	10	20	20	50
2 — União Soviética	10	16	19	45
3 — China	10	7	6	23
4 — Canadá	8	11	1	20
5 — França	5	10	5	20
6 — Inglaterra	5	8	6	19
7 — Alemanha Ocide.	5	10	3	18
8 — Japão	6	10	1	17
9 — Brasil	9	5	2	16
10 — Índia	9	4	3	16
11 — Itália	5	7	3	16
12 — Irã	6	5	3	14
13 — Austrália	5	7	—	12
14 — Indonésia	8	2	2	12
15 — Nigéria	6	2	3	11
16 — México	7	4	—	11
17 — África do Sul	5	6	—	11
18 — Polônia	4	5	2	11
19 — Paquistão	6	1	4	11
20 — Argentina	7	3	—	10

World Power Assessment — Ray S. Cline

Georgetown University — 1975

Uma vez feita a avaliação inicial dos países, pelos fatores contidos dentro do primeiro parêntese de sua fórmula, isto é, Massa, Poder Econômico e Poder Militar, o Professor Cline

passou a avaliá-los por dois outros fatores: Estratégia Nacional e Determinação Nacional.

O governo de um país pode ser esclarecido e sábio ou não, no estabelecimento de uma Política Nacional e de sua respectiva Estratégia Nacional.

Mesmo existindo uma Estratégia Nacional conveniente, nos regimes democráticos, é necessário que a nação tenha uma coesão suficiente e que ela aceite, com consciência, a Estratégia Nacional que os governos sucessivos estão tentando realizar; é necessário que haja uma determinação nacional para realizar os esforços e suportar os sacrifícios necessários para desenvolver o país, para transformar o potencial do país em poder aplicável, e mais que tudo, para que o país possa enfrentar os antagonismos externos e internos.

A determinação nacional deve se estender a certos objetivos nas relações com as demais nações; desse modo o governo contará com o apoio de uma frente interna coesa; conforme o grau dessa determinação nacional, o país pode se apresentar forte ou inseguro no cenário internacional. Por isso é importante que os pontos principais da estratégia externa que o governo executa estejam suficientemente claros para a nação.

A capacidade de um governo de tomar decisões e de executar uma estratégia em política internacional, pode ser seriamente afetada por circunstâncias internas do país.

Os fatores, chamados pelo Professor Cline de estratégia e determinação nacionais, são de grande importância para a avaliação do poder dos países. Para fins de avaliação, o Professor Cline arbitrou valores de um a zero, tanto para a estratégia como para a determinação nacionais dos países considerados; quando a soma desses coeficientes, para um determinado país, é maior que a unidade, o poder calculado anteriormente para o país fica acrescido, quando a soma desses coeficientes é menor que a unidade, o poder atribuído ao país fica diminuído; o quadro a seguir permite compreender melhor o método do Professor Cline.

QUADRO II
AVALIAÇÃO DO PODER MUNDIAL
 $P_s = (M + P_e + P_m) \times (E_s + D_s)$

PAÍS	Massa + Poder Econômico + Poder Militar	Estratégia Nacional E _n	Determinação Nacional D _n	E _s + D _s	Total de Pontos
1 — Estados Unidos	50	0,3	0,4	0,7	35
2 — União Soviética	45	0,8	0,7	1,5	67,5
3 — China	23	0,7	0,3	1	23
4 — Canadá	20	0,3	0,6	0,9	18
5 — França	20	0,4	0,8	1,2	24
6 — Inglaterra	19	0,6	0,4	1	19
7 — Alemanha Ocidente	18	0,7	0,8	1,5	27
8 — Japão	17	0,5	0,5	1	17
9 — Brasil	16	0,5	0,8	1,3	20,8
10 — Índia	16	0,5	0,3	0,8	12,8
11 — Itália	15	0,5	0,3	0,8	12
12 — Irã	14	0,9	0,5	1,4	19,6
13 — Austrália	12	0,4	0,7	1,1	13,2
14 — Indonésia	12	0,5	0,5	1	12
15 — Nigéria	11	0,5	0,5	1	11
16 — México	11	0,5	0,4	0,9	9,9
17 — África do Sul	11	0,6	0,4	1	11
18 — Polônia	11	0,8	0,2	1	11
19 — Paquistão	11	0,5	0,5	1	11
20 — Argentina	10	0,3	0,2	0,5	5

ASPECTOS ESTRATÉGICOS

Aspectos estratégicos do mundo atual

O mundo ocidental, liderado pelos Estados Unidos da América, procurou se organizar para enfrentar a expansão soviética e a do comunismo internacional; na Europa, na Ásia, na Oceania e nas Américas foram articuladas alianças entre os países como a NATO (North Atlantic Treaty Organization), a CENTO (Central Treaty Organization); Paquistão, Irã, Turquia e Inglaterra), a SEATO (Southeast Asia Treaty Organization; Estados Unidos, Inglaterra, França, Austrália, Nova Zelândia, Filipinas, Paquistão e Tailândia) o ANZUS (Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos) e o Sistema Interamericano de Defesa.

Mas essas alianças se destinam aos casos de guerra offensiva, com agressões militares a um ou mais países.

Essas alianças não se revelaram adequadas para fazer face à *estratégia de modo indireto* do mundo comunista; elas não impedem a exportação ideológica do comunismo nem impedem as ações visando ao enfraquecimento das frentes internas dos países do mundo ocidental.

No mundo atual, as alianças militares, se bem que importantes, não atendem às necessidades prioritárias da segurança do mundo ocidental, em faces da luta ideológica e da guerra revolucionária.

Em outras palavras, o mundo ocidental se organizou em alianças militares contra uma *estratégia de modo direto*, isto é, contra uma estratégia que tivesse, classicamente, uma predominância de aplicação do poder militar e o mundo comunista, com grande vantagem, desencadeou, nos últimos trinta anos, uma *estratégia de modo indireto* com ações predominantes nos campos da política, da ideologia, da guerra psicológica e da guerra revolucionária.

Essa é a característica mais importante do conflito entre os dois blocos antagônicos do mundo atual.

Ao mesmo tempo, as nações do mundo ocidental devem aplicar as medidas adequadas para neutralizar as forças de subversão e de enfraquecimento de suas frentes internas.

O último terço do século XX será mais perigoso para os países do mundo livre, por causa do desenvolvimento do poderio soviético.

A política e a estratégia da União Soviética, as prioridades que ela estabelece para as suas verbas orçamentárias e para a distribuição dos seus recursos, as armas que ela adota, a articulação das suas forças, são todas as de uma nação que se prepara para exercer um poder global; isso é um dos fatores de perigo e de instabilidade do mundo atual.

Para se opor às forças da OTAN, a União Soviética organizou a área estratégica constituída pelos países satélites atrás da "cortina de ferro" e lá estacionou poderosas forças blindadas e motorizadas, que são reforçadas pelas forças armadas dos demais países do Pacto de Varsóvia; a Europa Oriental é encarada pela União Soviética como uma zona tampão, isto é, uma proteção que lhe permite dispor de espaço e tempo, no caso de invasão pelas forças terrestres da OTAN e lhe permite localizar o campo de batalha no território dos seus países satélites, poupano o seu próprio território.

Em seguida, durante a década de 60, a União Soviética se armou nuclearmente, a ponto de conseguir neutralizar o poderio nuclear norte-americano.

Na década de 70, a União Soviética continua se armando muito além do que seria necessário apenas para a defesa do seu solo pátrio.

A União Soviética já abandonou sua postura estratégica defensiva e se lança, agora, em etapas que revelam a intenção de estender seu poderio a áreas mais longínquas.

O Brasil e o Atlântico Sul

Poucas áreas na superfície terrestre são, atualmente, tão estratégicas como as do Atlântico Sul; por ele passam hoje

linhas de navegação marítima de interesse vital, para o Brasil e para todo o mundo ocidental.

A responsabilidade das operações militares no Atlântico Sul nunca será exclusiva do Brasil; teremos que agir no Atlântico Sul ao lado de nossos aliados.

Comparando com a situação existente durante a Segunda Guerra Mundial, vemos que o Atlântico Sul se tornou muito mais importante para o Brasil; na época da Segunda Guerra Mundial, o petróleo chegava ao Brasil em navios que navegavam próximo da nossa costa, vindo da Venezuela e dos Estados Unidos; hoje, grande parte do petróleo chega às nossas costas atravessando o Atlântico Sul, vindo do Oriente Médio e da Nigéria; os nossos minérios são exportados para o Japão e para a Alemanha, isto é, atravessando o Atlântico.

Do ponto de vista geopolítico, devemos atentar para o fato de que as linhas de comunicação vitais para o Brasil que, na época da Segunda Guerra Mundial, se orientavam quase que exclusivamente no sentido dos meridianos, hoje se orientam, também, no sentido dos paralelos.

As linhas de navegação marítimas que atravessam o Atlântico Sul, tornaram-se vitais para o Brasil.

Ao estudar as operações militares no Atlântico Sul deve-se adotar uma visão ampla do problema; estudar essas operações considerando apenas a faixa litorânea, ou mesmo a faixa de 200 milhas do mar continental, seria um grave erro; seria correr o risco de tirar as possibilidades da Marinha e da Força Aérea Brasileiras de estender sua ação às grandes extensões oceânicas do Atlântico Sul; seria limitar perigosamente suas possibilidades de controle e vigilância de linhas de navegação marítima de grande importância para o Brasil; seria comprometer a eficiência da Marinha e da Força Aérea Brasileiras na guerra anti-submarino; seria, finalmente, fazer com que a Marinha e a Força Aérea estivessem ausentes em áreas de grande importância estratégica para o Brasil.

As operações da Marinha e da Força Aérea Brasileiras na proteção das linhas de navegação marítima durante a Segunda Guerra Mundial, limitaram-se, quase que exclusivamente, à faixa de mar onde circulavam os comboios marítimos ao longo do litoral brasileiro. Mas essas operações das forças navais e aéreas brasileira faziam parte de um cenário muito mais amplo que abrangia o Atlântico Sul e mesmo uma parte do Atlântico Norte, logo acima do Equador.

Basta dizer que no período mais intenso da campanha anti-submarino, durante a Segunda Guerra Mundial, isto é, de maio de 1943 a maio de 1945, o número de submarinos afundados a ceste do arquipélago de Cabo Verde e nas vassidões oceânicas entre a ilha de Ascensão e Recife, foi maior do que o dos submarinos afundados ao longo do litoral brasileiro; o esforço naval e aéreo para conseguir afundar aqueles submarinos foi enorme; muitas vezes foram desviados navios e aviões para atender episódios da guerra anti-submarino que se desenrolavam a centenas de milhas do nosso litoral.

O Oceano Atlântico, da linha Trinidad-Arquipélago de Cabo Verde para o Sul, constitui um único Teatro de Operações, que interessa de perto ao Brasil.

Durante a Segunda Guerra Mundial, as operações navais e aéreas no Atlântico Sul se desenrolaram dentro de um panorama muito amplo que abrangeu a proteção às linhas de navegação marítima, principalmente ao longo do litoral brasileiro, abrangeu a caça aos navios *furadores de bloqueio*, envolveu a caça aos submarinos que atacavam os comboios marítimos e aos submarinos que demandavam ou regressavam das costas do Brasil ou da África ou do Oceano Índico, principalmente nas áreas onde eles se reabasteciam de combustível e abrangeu, eventualmente, a caça a navios corsários armados.

Para atender a tão variadas missões, numa área tão extensa como a do Atlântico Sul, foi necessário construir numerosas Bases Aéreas no litoral do Brasil e da África e nas ilhas

de Fernando de Noronha e Ascensão; foi necessário empregar, além de várias dezenas de navios de guerra, algumas centenas de aviões devidamente equipados para a guerra anti-submarino.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o Atlântico Sul aumentou de importância; a adoção de navios mercantes de grande tonelagem, como os superpetroleiros e supergraneleiros, tornou obrigatória a passagem pelo Atlântico Sul de um tráfego marítimo de grande importância estratégica; a maior parte do petróleo que, partindo do Oriente Médio se destina ao Brasil, à Europa e à América do Norte passa, obrigatoriamente, pelo Atlântico Sul.

De um modo geral, a navegação marítima tornou-se mais importante em todos os oceanos e, particularmente, no Atlântico Sul, a frota mundial de navios mercantes que, em 1939, era de 61 milhões de toneladas, em 1965 atingiu a 154 milhões de toneladas e continuou crescendo rapidamente.

De acordo com Noel Mostert na sua obra *Supership* (Alfred A. Knopp Inc., Nova Iorque — 1974), enquanto que no fim da Segunda Guerra Mundial os maiores petroleiros eram de 18.000 toneladas, no fim de 1973 existiam em serviço 88 VLCC (*very large crude carriers*) de 200.000 toneladas ou mais.

Da região petrolífera do Oriente Médio destacam-se várias correntes de transporte marítimo de petróleo; uma delas, levando um fluxo correspondente a 4.700.000 barris de petróleo por dia, depois de contornar o sul da África, atravessa o Atlântico Sul e dirige-se para a Europa e para as Américas do Sul e do Norte.

A região do Cabo da Boa Esperança é, atualmente, uma zona focal de grande importância que é atravessada, mensalmente, por cerca de dois mil navios.

A Marinha Mercante Brasileira cresceu de 1,5 milhões de toneladas em 1964 para 5 milhões de toneladas em 1975 e continua crescendo.

O Brasil está situado estrategicamente no Atlântico Sul, com um litoral que se estende por 7.400 quilômetros. Com sua posição favorável, o Brasil terá que exercer influências no Atlântico Sul, através de seu Poder Marítimo e de seu Poder Aeroespacial. Disso dependerá a segurança do próprio território e a defesa de seus interesses econômicos e políticos.

As principais rotas marítimas do Atlântico Sul, das quais depende a economia do Brasil, podem ser assim definidas:

- a *Rota Costeira*, que se estende desde o Rio da Prata até Trinidad; em se tratando de importação de petróleo pelo Brasil, a *Rota Costeira* é a segunda por ordem de importância;
- a *Rota Oceânica Européia*, que atravessa o Atlântico Sul entre o saliente do Nordeste e a área do Arquipélago de Cabo Verde; essa rota é de grande importância para a exportação de produtos brasileiros e para a importação de produtos europeus;
- a *Rota Oceânica Centro-Africana*, entre a área Santos-Rio de Janeiro-Vitória e o Golfo de Guiné e Angola; é a terceira rota por ordem de importância, no que diz respeito à importação de petróleo pelo Brasil;
- a *Rota Oceânica Sul-Africana*, entre a área Santos-Rio de Janeiro-Vitória e a África do Sul; é a principal rota de importação de petróleo pelo Brasil; é importante, também, para a exportação dos nossos minérios para o Japão.

A evolução da situação das antigas colônias portuguesas banhadas pelo Oceano Atlântico — Arquipélago de Cabo Verde, Guiné Bissau e Angola —, resultante de sua independência e de sua tendência para regimes de esquerda apoiados pela União Soviética, introduziu fatos novos na situação estratégica do Atlântico Sul. Esses fatos afetam o Brasil e seus aliados do mundo ocidental.

O Atlântico Sul, no passado, era dominado pelas esquadras inglesa e norte-americana, acarretando uma situação estratégica favorável para o Brasil, como aliado da Inglaterra e dos Estados Unidos na Primeira e Segunda Guerras Mundiais.

Mas um novo Poder Marítimo, o da União Soviética, está emergindo.

Na década de 70, a União Soviética continua se armando, muito além do que seria necessário apenas para a defesa do seu solo pátrio.

Além da penetração ideológica da União Soviética, o fato mais inquietante, indicador de sua ambição de poder mundial, é a expansão marítima, em busca das águas temperadas e dos oceanos abertos; o Mediterrâneo e o Oceano Índico são os primeiros palcos dessa evolução dramática do Poder Marítimo Soviético; o Atlântico Sul poderá ser a próxima etapa, já agora facilitada pelas possibilidades de obter bases em países africanos banhados pelo Atlântico Sul.

O Brasil terá que fazer um grande esforço para equipar adequadamente as suas Forças Armadas, em face da evolução estratégica do Atlântico Sul.

O Brasil e o Hemisfério Sul

Há uma característica da situação do Brasil no globo terrestre que tem sido pouco estudada e ressaltada: o Brasil é um país do Hemisfério Sul.

Os países mais desenvolvidos e mais poderosos do mundo se situam todos no Hemisfério Norte; as relações do Brasil com os países do Hemisfério Norte serão, sempre, as mais importantes.

Mas há características geopolíticas e geoeconómicas do hemisfério terrestre sul que merecem maior estudo e que deverão ser levadas em consideração na estratégia do Brasil para o futuro; precisamos agir com maior consciência das realidades do Hemisfério Sul.

Na distribuição do poder mundial há uma predominância completa do Hemisfério Norte; não há nenhuma grande potência no Hemisfério Sul.

O Brasil é o país que mais se destaca, entre os países em desenvolvimento no Hemisfério Sul, o que lhe dá uma responsabilidade especial nas questões peculiares ao Hemisfério Sul.

Os países mais importantes do Hemisfério Sul são: o Brasil, a Austrália, a Indonésia, a África do Sul, a Argentina, a Nova Zelândia, Peru e o Chile.

Os seguintes quadros comparativos mostram a importância relativa dos países do Hemisfério Sul:

SUPERFÍCIE (em quilômetros quadrados)

Brasil	8.540.000	Peru	1.289.000
Austrália	7.710.000	África do Sul	1.227.000
Argentina	2.787.000	Chile	759.000
Indonésia	1.911.000	Nova Zelândia	267.000

POPULAÇÃO

("National Basic Intelligence Factbook" — 1975
Library of Congress — Washington, D.C.)

Indonésia	129.000.000	Peru	14.600.000
Brasil	107.000.000	Austrália	13.500.000
Argentina	24.800.000	Chile	9.000.000
África do Sul	24.700.000	Nova Zelândia	3.000.000

PRODUTO NACIONAL BRUTO — US\$ DE 1973

("National Basic Intelligence Factbook" — 1975
Library of Congress — Washington, D.C.)

Brasil	60.000.000.000	Indonésia	14.300.000.000
Austrália	54.000.000.000	Nova Zelândia	9.200.000.000
Argentina	33.000.000.000	Peru	8.000.000.000
África do Sul	26.000.000.000	Chile	7.800.000.000

RENDA ANUAL PER CAPITA — 1973 — US\$

(Produto Nacional Bruto/População)

Austrália	4.000	Chile	866
Nova Zelândia	3.066	Brasil	560
Argentina	1.330	Peru	547
Africa do Sul	1.052	Indonésia	110

EFETIVO DAS FORÇAS ARMADAS — 1968

("United States Arms Control and Disarmament Agency"
"World Military Expenditures")

Indonésia	450.000	Chile	63.000
Brasil	225.000	Peru	50.000
Argentina	144.000	Africa do Sul	38.000
Austrália	84.000	Nova Zelândia	13.000

A proporção dos mares e oceanos, em relação aos continentes, é muito maior no Hemisfério Sul do que no Hemisfério Norte. As águas ocupam 80% da superfície do Hemisfério Sul, enquanto que do Hemisfério Norte elas cobrem apenas 60%.

Dos 254.820.000 quilômetros quadrados da superfície do Hemisfério Sul, 80W, isto é, aproximadamente 203.856.000 quilômetros quadrados são cobertos por águas; os 20% restantes, isto é, aproximadamente 50.964.000 quilômetros quadrados representam as terras. Se dessa superfície de terras subtraímos a área da Antártida, que é de 14.000.000 de quilômetros quadrados, vemos que sobram apenas 36.964.000 quilômetros quadrados, o que corresponde a dizer que, no Hemisfério Sul, aproximadamente, apenas 14% de sua área representam terras habitáveis.

No Hemisfério Sul predominam as extensões oceânicas e os espaços vazios; os países sul-americanos do Atlântico Sul, o Brasil e a Argentina, acham-se separados por milhares de quilômetros do oceano dos países africanos que os defrontam; os países sul-americanos do Pacífico Sul, como o Peru

e o Chile, estão separados da Austrália e da Nova Zelândia por mais de 7.000 km de oceano.

O critério do limite de 200 milhas para as águas territoriais, que nem sempre é aplicável no Hemisfério Norte, tem cabimento dentro das condições geopolíticas do Hemisfério Sul.

As cinco potências militarmente nucleares atualmente existentes no mundo — os Estados Unidos da América, a União Soviética, a França, a Inglaterra e a China Comunista — se localizam todas no Hemisfério Norte.

Os países que poderão se tornar, num futuro próximo, militarmente nucleares, como a Índia, a Alemanha Ocidental, o Japão, a Suécia, Israel e mesmo o Egito, se localizam também, todos no Hemisfério Norte.

As centenas de explosões nucleares já realizadas no globo terrestre o foram todas no Hemisfério Norte, com exceção das poucas explosões nucleares realizadas pela Inglaterra na Austrália há mais de quinze anos, e das explosões que a França vem realizando em ilhas do Pacífico Sul.

A circulação da atmosfera do globo terrestre se processa, separadamente, nos dois hemisférios — o norte e o sul — de modo que a contaminação radioativa do Hemisfério Norte tem poucas probabilidades de se estender para o Hemisfério Sul.

É de todo o interesse que sejam tomadas providências para preservar o Hemisfério Sul da contaminação radioativa proveniente das experiências com explosões nucleares, realizadas ao sul do Equador terrestre, por potências do Hemisfério Norte.

Das duas grandes regiões do mundo internacionalmente reconhecidas, por meio de tratados, como militarmente desnuclearizadas — a América Latina e a Antártida — a primeira se situa, na sua maior parte, no Hemisfério Sul e a segunda nele está localizada totalmente.

Dos 50.964.000 km² de terras existentes no Hemisfério Sul, 14.000.000 pertencentes à Antártida e 14.800.000 pertencentes à parte da América do Sul que fica ao sul do Equador, isto é, mais de 5%, já se acham militarmente desnucleariza-

dos, isto é, neles não podem existir nem serem colocadas, por outros países, armas nucleares.

O Continente Antártico por sua extensão, posição geográfica, influência na meteorologia e pelo valor econômico que já representa, constitui uma região de grande importância geopolítica.

Assim como já existem rotas aéreas cruzando as regiões árticas do Hemisfério Norte, é de supor que existirão, também, rotas aéreas cruzando a Antártida.

Outra característica geopolítica do Hemisfério Sul é a ausência de grandes tensões entre os países nele localizados; no Hemisfério Sul não existem tensões políticas comparáveis às existentes no Hemisfério Norte, como, por exemplo, entre os Estados Unidos e a União Soviética, entre a China e a União Soviética, entre a Coréia do Norte e a do Sul, entre a República Árabe Unida e Israel, entre Cuba e os Estados Unidos, entre a Irlanda do Norte e a do Sul, entre a Índia e o Paquistão, entre a China e a Índia.

Os países do Hemisfério Sul, mesmo os que são vizinhos, na grande maioria dos casos, não têm antagonismos acentuados e mantêm relações cordiais; os países do Hemisfério Sul que não são vizinhos acham-se, geralmente, a grandes distâncias uns dos outros e vivem em condições que não conduzem ao desenvolvimento de tensões políticas perigosas.

As maiores tensões políticas têm surgido, sempre, no Hemisfério Norte, onde se encontra a quase totalidade do poder mundial.

Também no Hemisfério Norte se desenrolaram as grandes guerras que, através dos séculos, afetaram a vida da Humanidade.

A última conflagração, a Segunda Guerra Mundial, que custou a vida de mais de trinta milhões de pessoas, desenrolou-se quase que exclusivamente no Hemisfério Norte. As ações militares da Segunda Guerra Mundial, no Oceano Pacífico, apenas atingiram o limiar do Hemisfério Sul, na região da

Indonésia; no Atlântico Sul, limitaram-se à campanha submersa e a incursões isoladas de navios de superfície.

Depois da Segunda Guerra Mundial, todas as guerras se desenrolaram no Hemisfério Norte: Guerra da Coreia, Guerra entre Israel e a República Árabe Unida, Guerra da Argélia e Guerra do Vietnam.

O único morticínio grande que se verificou no Hemisfério Sul, nos últimos cinqüenta anos, foi o havido na Indonésia, em outubro de 1965, quando o General Suharto, seu presidente, sufocou uma revolução comunista.

Do ponto de vista da poluição do meio ambiente, tema tão em evidência no mundo de hoje, o Hemisfério Sul tem condições muito mais favoráveis que as do Hemisfério Norte; basta reparar que, enquanto no Hemisfério Norte vivem 3.190.000.000 de pessoas, no Hemisfério Sul vivem apenas 360.000.000 de pessoas, isto é, uma população 8,8 vezes menor.

Mais de 80% da poluição atmosférica causada pelas indústrias, pelos automóveis, pelas usinas de energia termoelétrica e pelas fontes de aquecimento durante o inverno se localizam no Hemisfério Norte; a poluição das águas dos rios e dos oceanos é muito maior no Hemisfério Norte; a poluição radicativa do ar e das águas, se processa quase exclusivamente no Hemisfério Norte.

Nessas condições, quando se fala em poluição do meio ambiente, não se pode generalizar, indistintamente, atribuindo ao Hemisfério Sul os mesmos males que afligem o Hemisfério Norte. No Hemisfério Sul de fato existe poluição, mas localizada, apenas, nos grandes centros urbanos; as demais extensões continentais e oceânicas do Hemisfério Sul estão muito mais livres da poluição.

Em conclusão, podemos dizer que o Hemisfério Sul representa uma enorme região do globo, com características geopolíticas e geoeconómicas próprias que, sob muitos aspectos, poderá vir a constituir um refúgio na face conturbada do globo terrestre.

O Brasil, como uma das mais importantes nações do Hemisfério Sul, deverá preconizar as medidas necessárias tendo em vista preservar o Hemisfério Sul dos males evitáveis.

Nos países de maior importância, há organismos especializados que realizam, permanentemente, estudos da conjuntura estratégica, os quais servem de subsídio para a orientação dos respectivos Governos.

Somente mediante esses estudos especializados é que se formam os assessores que podem auxiliar os estadistas nos exames de situações estratégicas, que evoluem sempre sob a influência de uma complexidade de fatores; esses assessores auxiliam os homens de governo na tomada de decisões importantes em face da situação internacional.

A arte de governar, no mundo atual, tornou-se mais difícil e complexa; para definir, com clarividência, a política nacional adequada, assim como a estratégia de ação conveniente para uma variedade de situações, os homens de governo não podem prescindir da assessoria de estrategistas que conheçam, em profundidade, o jogo estratégico mundial e que acompanham seu desenrolar.

O organismo de maior renome em estudos estratégicos, é inglês: o *Instituto de Estudos Estratégicos*, com sede em Londres; o referido instituto publica, todos os anos, dois documentos que são consultados por todos os estudiosos de assuntos estratégicos: *The Military Balance*, que é um estudo atualizado das principais forças armadas do mundo, e *The Strategic Survey*, que é uma avaliação estratégica da situação mundial; além disso o *Instituto de Estudos Estratégicos de Londres* publica, regularmente, vários documentos contendo estudos específicos de interesse estratégico.

Os Estados Unidos da América possuem numerosos organismos que se dedicam a estudos estratégicos; entre os mais famosos podem ser citados:

— o *Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais* da Georgetown University em Washington D.C.;

- *The Brookings Institution* em Washington, D.C.;
- a *Escola para Estudos Internacionais Avançados*, da John Hopkins University;
- o *Centro de Estudos Estratégicos* do Instituto de Pesquisas Stanford;
- o *Centro de Estudos Internacionais Avançados* da Universidade de Miami;
- o *Centro de Estudos Internacionais* da Universidade de Princeton;
- o *Centro de Assuntos Internacionais* da Universidade de Harvard;
- o *Centro para Estudos Internacionais* do Instituto de Tecnologia de Massachussetts;
- a *Rand Corporation*.

A partir de 1967, depois da queda de Kruschev, a União Soviética ampliou seus estudos estratégicos, tendo organizado: o *Instituto de Economia Mundial e de Relações Internacionais* (IMEMO) e o *Instituto de Estudos sobre os Estados Unidos da América* (IUSA).

Na França existem o *Centro de Estudos de Política Estrangeira* e o *Instituto Francês de Estudos Estratégicos*.

Na Suécia existem o *Instituto de Assuntos Internacionais de Estocolmo* e o *Instituto de Estocolmo para Investigação sobre a Paz Internacional*.

No Canadá existe o *Instituto Canadense de Assuntos Internacionais* em Toronto.

Na Índia existe o *Instituto de Estudos de Defesa*.

Na Argentina existe o *Instituto Argentino de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais*.

O Brasil, com a sua importância crescente no cenário internacional, terá que enfrentar, cada vez mais, graves e delicadas opções políticas, estratégicas e militares; por causa disso, há necessidade de que sejam cultivados os estudos estratégicos.

ESTRATÉGIA

(Leitura recomendada)

- "ARTE DA GUERRA" — Jomini — Biblioteca do Exército — 1949
- "INTRODUCTION A LA STRATÉGIE" — General Beaufre — Librairie Armand Colin — Paris — 1965
- "PAIX ET GUERRA" — Raymond Aron — Calmann — Levy — Paris — 1962
- "STRATEGY FOR TOMORROW" — Hanson W. Baldwin — Harper and Row — Nova Iorque — 1970
- "ESTRATEGY AND ARMS CONTROL" — Thomas C. Schelling e Morton H. Halperin — The Twentieth Century Fund: Nova Iorque — 1961
- "LEIS DA GUERRA E ARMAS NUCLEARES" — Mário Pessoa — Biblioteca do Exército — 1969
- "PANORAMA DO PODER MARÍTIMO BRASILEIRO" — Coordenação do CMG Mário César Flores — Biblioteca do Exército — 1972
- "CONTEMPORARY MILITARY STRATEGY" — Morton H. Halperin-Little, Brown and Company — Boston — 1967
- "BRASIL — GEOPOLÍTICA E DESTINO" — General Meira Mattos — Biblioteca do Exército — 1975
- "A CONDUTA DA GUERRA" — John Frederick Charles Fuller — Biblioteca do Exército — 1966
- "GEOPOLÍTICA DO BRASIL" — General Golbery do Couto e Silva — Livraria José Olympio — Rio de Janeiro — 1967
- "STRATEGY" — B. H. Liddell Hart — 2.ª Edição — Frederick A. Praeger — Nova Iorque — 1967
- "ESTRATÉGIA DA AÇÃO" — General Beaufre — Edições Bloch — 1970
- "STRATÉGIE DE L'AGE NUCLEAIRE" — Général P. Gallois — Calmann Levy — Paris — 1960
- "WORLD POWER ASSESSMENT" — Ray S. Cline — Georgetown University — Washington D.C. — 1975
- "DIAS DE GUERRA NO ATLÂNTICO SUL" — General R1 Paulo de Q. Duarte — Biblioteca do Exército — 1968

- "ESTUDOS DA ESTRATÉGIA" — Coordenação do General Obino Lacerda Alvares — Biblioteca do Exército — 1973
- "ARTE DA GUERRA" — Sun Tzu — Biblioteca do Exército — 1958
- "DISSUASION ET STRATÉGIE" — General Beaufre — Armand Collin — Paris — 1964
- "PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO" — General Golbery do Couto e Silva — Biblioteca do Exército — 1955.

ASSINE

"A DEFESA NACIONAL"